

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLICIO MENDES
PRAÇA DOM EXPEDITO LOPES, 80
SIMPLICIO MENDES – PI

Lei Municipal Nº 1.054/2016 de 26 de setembro de 2016.

**“Fixa o subsídio dos Vereadores e Presidente
da Câmara Municipal de Simplicio Mendes – PI
para legislatura 2017 a 2021”**

O Prefeito Municipal de Simplicio Mendes, no uso de suas atribuições legais;
Faço saber que a Câmara Municipal de Simplicio Mendes, discutiu, aprovou e eu
sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Subsidio dos Vereadores da Câmara Municipal de Simplicio Mendes –
PI, para a, legislatura 2017 a 2021, reger se por esta lei, que observará os ditames da
Construção Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - O Subsidio de que trata o artigo anterior, em parcela única, é fixada ao
seguinte valor:

- Subsidio de Vereador – 5.000,00
- Subsidio de Vereador Presidente – 7.500,00

Parágrafo Único – O valor fixa neste artigo será o teto máximo para a legislatura
de 2017/2021, e foi considerada a inflação acumulada nos últimos anos da atual
legislatura e a previsão da receita para a próxima legislatura.

Art. 3º - O Subsidio de que trata o capitulo anterior deste artigo, sofrerá revisão
geral e anual, conforme o inciso X do Art. 37 da CF, tomando por base conforme
orientação do TCE-PI, o IGPM acumulado do ano anterior, desde que este índice não
ultrapasse o limite de 70% de gasto com pessoal como previsto na L.R.F, ficando a

Heli

cargo do gestor o percentual a ser considerado com pessoal, ai compreendido vereadores e servidores regularmente contratados.

Art. 4º - Ao Subsidio de que trata a presente lei, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória.

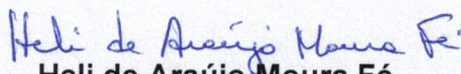
Art. 5º - O valor do subsidio fixado por Lei, observará ao limite de 5% (cinco por cento) da receita do município, referido ao Art. 29, inciso VII da Constituição Federal.

Parágrafo Único – O valor do subsidio a ser pago no primeiro ano da legislatura 2017-2021, será calculado mediante a confirmação do repasse do Duodécimo para o ano de 2017, não poderá ultrapassar o limite de 70% de gasto com pessoa como previsto na L.R.F.

Art. 6º Constitui crise de responsabilidade do prefeito municipal, nos termos da constituição federal não enviar o repasse mensal previsto para câmara municipal ate o dia 20 de cada mês ou envia- lo a menor em relação a proporção fixada na lei orçamentaria anual.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir do dia 01 (Primeiro) de janeiro do ano de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Simplicio Mendes, 26 de setembro de 2016.


Heli de Araújo Moura Fé
Prefeito Municipal